



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MÁRCIA RENATA PEREIRA DOS SANTOS

**CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: Um estudo sobre os
perfis dos artigos publicados no Congresso USP no período de 2013 a 2018**

CAMPINA GRANDE

2019

MÁRCIA RENATA PEREIRA DOS SANTOS

CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: Um estudo sobre os perfis dos artigos publicados no Congresso USP no período de 2013 a 2018

Artigo científico apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em contabilidade.

Área de concentração: Contabilidade Ambiental

Orientadora: Prof. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira

CAMPINA GRANDE

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237c Santos, Márcia Renata Pereira dos.
Contabilidade e responsabilidade ambiental [manuscrito] : um estudo sobre os perfis dos artigos publicados no congresso USP no período de 2013 a 2018 / Marcia Renata Pereira dos Santos. - 2019.
27 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Adria Taylo Alves Oliveira , Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."
1. Contabilidade ambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Congresso USP. 4. Responsabilidade ambiental. 5. Estudo bibliométrico. I. Título

21. ed. CDD 657.6

MÁRCIA RENATA PEREIRA DOS SANTOS

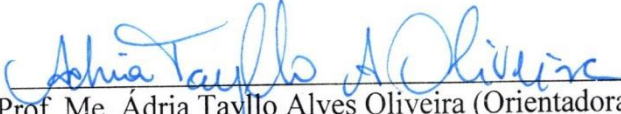
CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: Um estudo sobre os perfis dos artigos publicados no Congresso USP no período de 2013 a 2018

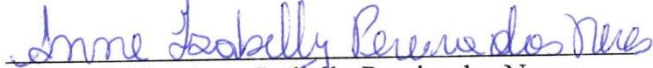
Artigo científico apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em contabilidade.

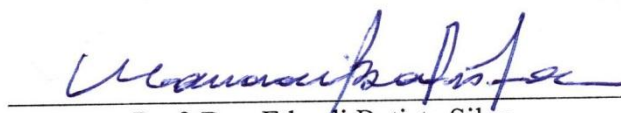
Área de concentração: Contabilidade Ambiental

Aprovada em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Adria Tayllo Alves Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Anne Isabelly Pereira das Neves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Ednadi Batista Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus pelo dom da vida e da sabedoria.
A Profa. Me. Ádria Tayllo pela paciência
e orientações que tornou possível a
conclusão desse TCC. A minha família,
DEDICO.

“A questão da sustentabilidade é, talvez, a última chance da humanidade se unir em torno de um prol comum.”

André Felipe Simões

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Contabilidade Ambiental.....	9
2.2 Termologia da Contabilidade Ambiental.....	11
2.3 Desenvolvimento sustentável, tripé da sustentabilidade.....	13
3 METODOLOGIA.....	14
3.1 Características da pesquisa	14
3.2 Universo e amostra da pesquisa	15
3.3 Coleta de dados	15
3.4 Análise dos dados.....	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
4.1 Artigos apresentados no congresso USP.....	16
4.1.1 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2013	16
4.1.2 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2014	17
4.1.3 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2015	19
4.1.4 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2016	20
4.1.5 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2017	21
4.1.6 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2018	21
4.2 Evolução dos artigos apresentados	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS	24

CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: Um estudo sobre os perfis dos artigos publicados no Congresso USP no período de 2013 a 2018

ACCOUNTING AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY: A STUDY ON THE PROFILE OF THE ARTICLES PUBLISHED IN THE USP CONGRESS OF 2013 TO 2018

Márcia Renata Pereira Dos Santos¹

RESUMO

A contabilidade e responsabilidade ambiental surgiram da necessidade de mensurar os danos que determinadas empresas podem causar ao meio ambiente, visando assim, através de ações preventivas ou por meio de ações compensatórias, proteger e reparar o meio ambiente de prováveis danos advindos das atividades praticadas por essas empresas. O objetivo da pesquisa é analisar o perfil dos artigos publicados no Congresso USP, a respeito de contabilidade e desenvolvimento ambiental no período de 2013 a 2018. O procedimento metodológico empregado na pesquisa é descritiva, com abordagem qualitativa, e emprego da técnica bibliométrico. A amostra foi composta por 19 artigos que, abordaram a temática de contabilidade ambiental apresentados no Congresso da Universidade de São Paulo (USP), no período de 2013 à 2018, sendo selecionados os artigos que abordam temas como contabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Os resultados encontrados demonstram que no ano de 2013, os artigos científicos publicados no Congresso USP totalizaram três publicações, no período de 2014, 2015 e em 2016, houve 04 (quatro), publicações de contabilidade e desenvolvimento ambiental. Em 2017, apenas 01 (um) artigo científico fora publicado no Congresso USP, enquanto em 2018, 03 (três) artigos científicos foram publicados com temas que envolveram a contabilidade ambiental. Conclui-se que, mesmo tendo artigos publicados sobre contabilidade e desenvolvimento ambiental, no Congresso USP nos anos analisados de 2013 a 2018, esse número de artigos ainda é baixo, comparado o universo da pesquisa que tem cerca de 70 artigos aprovados por ano.

Palavras-Chave: Contabilidade ambiental. Sustentabilidade. Congresso USP.

ABSTRACT

Accounting and environmental responsibility arose from the need to measure the damages that certain companies can cause to the environment, aiming, through preventive actions or through compensatory actions, to protect and repair the environment from probable damages resulting from the activities practiced by these companies. The objective of the research is to analyze the profile of the articles published in the USP Congress, regarding accounting and environmental development from 2013 to 2018. The methodological procedure employed in the research is descriptive, with a qualitative approach, and the use of the bibliometric technique. The sample consisted of 19 articles that dealt with the theme of environmental accounting presented at the Congress of the University of São Paulo (USP), from 2013 to 2018, selecting articles that deal with themes such as environmental accounting, sustainable

¹ Aluna de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: marcinha_renata@hotmail.com.br

development and sustainability. The results show that in the year 2013, the scientific articles published in the USP Congress totaled three publications, in the period of 2014, 2015 and in 2016, there were 04 (four), accounting and environmental development publications. By 2017, only 01 (one) scientific paper had been published in the USP Congress, while in 2018, 03 (three) scientific articles were published with themes that involved environmental accounting. It is concluded that, even having articles published on accounting and environmental development, in the USP Congress in the years analyzed from 2013 to 2018, this number of articles is still low, compared to the universe of research that has about 70 articles approved per year.

Keywords: Environmental accounting. Sustainability. USP Congress

1 INTRODUÇÃO

As ciências contábeis estudam os métodos e registros de movimentações financeiras de pessoas jurídicas, ou seja, de negócios que lidam com a entrada e saída de dinheiro, como empresas e firmas. Essa ciência social permite que decisões possam ser tomadas a partir do patrimônio, através da identificação, dos estudos, registros e análises do mesmo.

Conforme Iudícibus (2005, p. 31), “a Contabilidade é tão antiga quanto o próprio homem que pensa”. Na sociedade antiga as ferramentas contábeis eram utilizadas nas práticas comerciais. Sendo assim, desde os primórdios existe a ciência contábil como aparelhamento de controle de negócios, uma arte antiga que está em constante aperfeiçoamento para melhor trabalhar as questões financeiras.

Contudo, o século o XX, surgiram constantemente novas preocupações com o meio ambiente, devido ao avanço tecnológico e o crescente número populacional. Com isso, a ciência contábil está se moldando a cada dia aos modelos adequados de sustentabilidade, Santos (2001). Assim, a contabilidade precisa estar inserida também, no ambiente de preservação ambiental, conforme afirma Kraemer (2001, p.01):

A contabilidade, principal sistema de informação de uma empresa, não pode desconhecer essa realidade e ficar à margem dessas preocupações. Assim a Contabilidade deve evidenciar as medidas adotadas e os resultados alcançados no processo de proteção e preservação do meio ambiente, já que ela é responsável pela comunicação entre a empresa e a sociedade.

Para Zanluca (2011), a contabilidade ambiental trata-se do registro do patrimônio ambiental, ou seja, bens direitos e obrigações ambientais de uma determinada entidade e suas respectivas mutações, expressas monetariamente.

Por conta dessa crescente valoração ao meio ambiente por parte das empresas e da sociedade, verifica-se que cada ano aumenta o número de pesquisas relacionadas à contabilidade ambiental. Afirmam Tisott, Rodrigues e Silva (2018), que no artigo científico intitulado de “Produção científica do campo do conhecimento da contabilidade ambiental: um estudo em periódicos nacionais de contabilidade”, houve destaque no crescimento de pesquisas envolvendo essa temática. A partir de 2009, porém o número de pesquisas ainda é considerado pequeno, haja vista se tratar de uma área que tem um conteúdo extenso.

Assim, a presente pesquisa indaga no meio contábil, principalmente nos Congressos a respeito de contabilidade ambiental. **Qual o perfil dos artigos publicados no Congresso USP a respeito de contabilidade e responsabilidade ambiental no período de 2013 a 2018?** Com o objetivo geral de analisar o perfil dos artigos publicados no congresso USP a respeito de contabilidade e desenvolvimento ambiental no período de 2013 a 2018.

Para alcançar o proposto da pesquisa, foram elencando os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar os artigos publicados no Congresso USP a respeito de contabilidade e desenvolvimento ambiental;
2. Verificar a tipologia das pesquisas encontradas no congresso USP, acerca da contabilidade e desenvolvimento ambiental;
3. Relatar os resultados obtidos e a evolução dos artigos científicos no período de 2013 a 2018.

Diante do exposto, conclui-se que este trabalho se justifica na medida em que se demonstra a importância do conhecimento dos perfis dos artigos científicos publicados nos Congressos da USP, a respeito da contabilidade ambiental, seja para os estudantes de contabilidade, seja para os profissionais da referida área, bem como para o conhecimento da sociedade acerca desta temática. Ter conhecimento dos artigos publicados no Congresso USP

sobre esse assunto, demonstra as principais áreas de pesquisas e enfoque dos estudiosos da contabilidade ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico do estudo proposto, se faz necessário evidenciar os aspectos relevantes a essa pesquisa, contabilidade e responsabilidade ambiental: um estudo sobre o perfil dos artigos publicados no congresso da USP de 2013 a 2018.

2.1 Contabilidade Ambiental

A ciência contábil vem de longos anos atrás, pois desde os primórdios, já haviam negociações entre os seres humanos, e essa ciência social trata justamente das práticas relacionadas a movimentações financeiras. Mesmo na antiguidade onde só se havia o escambo, o fato de trocar constituía movimentação financeira haja vista aqueles que trocavam envolver seus pertences patrimoniais em negócios e necessitar de um controle de estoque/inventário, mesmo antes de se ter a ideia de que isso constituiria uma relação negocial, Iudícibus (2005).

A contabilidade exige um esforço de abstração e formalização que obriga as pessoas a desvincular o pensamento de propósitos e intenções imediata, Vale (2007), o que torna o seu conceito algo complexo.

Hilário Franco (1996), define a contabilidade como a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades (qualquer pessoa física ou jurídica que possui um patrimônio), através das variações quantitativas e qualitativas que acontecem no patrimônio (conjunto de bens, direitos e obrigações) das entidades, ou seja esse controle ocorre por meio de registro, demonstração expositiva e por interpretação dos gastos.

Na visão de Silva (1988), a contabilidade é conceituada como a ciência que estuda e registra os atos e fatos administrativos, objetivando representar graficamente o patrimônio e evidenciar as variações e mutações nele introduzidas, estabelecendo normas para sua interpretação, análises e auditoria.

A contabilidade trata-se de um dispositivo que estuda, controla e revela os bens patrimoniais das entidades e o estado em que se encontram esses bens. Objetivando de acordo com Ribeiro (2012), controlar o patrimônio das empresas e fornecer informações para tomada de decisões e, conseqüentemente, mensurar reflexos dos impactos no patrimônio.

Sendo assim, o objeto da contabilidade é sempre o patrimônio de uma entidade, que como já foi visto, é definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, como ocorre sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade, podendo, ou não, incluir lucro.

Tinoco e Kraemer (2004) relatam a contabilidade ambiental como a responsável por realizar mudanças necessárias para que os sistemas de informações de natureza econômico-financeira passem a englobar informações ambientais e sociais estreitando as relações entre a empresa e a sociedade.

Conforme Zanluca (2011), “contabilidade ambiental é o registro do patrimônio ambiental (bens direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade e suas respectivas mutações – expressos monetariamente”.

Ainda conforme o autor supracitado, a Contabilidade por sua vez, encontrou maneiras de demonstrar a mensuração da situação econômica financeira da empresa, com relação aos

impactos ambientais por ela causados. As empresas encontraram formas de diminuir seus passivos ambientais que muitas vezes são necessários, e conseqüentemente aumentar seus ativos ambientais.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004), a dificuldade encontrada na Contabilidade Ambiental é o registro dos recursos ambientais de forma clara e completa, uma vez que, não é de nossa cultura e obrigação, o registro de fatos que demonstrem os impactos causados no meio ambiente. Ainda não há a obrigação de publicações na contabilidade sobre os impactos ambientais causados pelas empresas, mas existem entidades que estão começando a se interessar na preservação do patrimônio natural da humanidade e com isso encontrando oportunidades de competitividade no mercado.

A contabilidade ambiental refere-se a uma espécie da qual a contabilidade é gênero, logo se trata de um registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, e suas respectivas mutações expressas monetariamente.

Santos et al. (2001, p. 91), definem a contabilidade ambiental da seguinte forma:

[...] pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários, interno e externo, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.

Cardoso (2006) define a contabilidade ambiental como um modelo que permite subsidiar e prover o desenvolvimento sustentável, já que, esse ramo novo da contabilidade, tem como mensurar dados que servem como forma de prestação de conta à sociedade e aos acionistas das empresas.

Historicamente, a Contabilidade do Meio Ambiente passou a ter status de um novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais pelo Grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e relatórios (ISAR – United Nations *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*).

As empresas produzem toneladas de resíduos e além de ações que danificam e/ ou impactam o meio ambiente. Por conta disso surgiu a necessidade de promover investimentos por parte das empresas em benefícios ao meio ambiente. Neste ambiente a contabilidade ambiental surge tendo por finalidade medir e quantificar os recursos ambientais à disposição das empresas e os impactos que causam a natureza, (RIBEIRO; LISBOA, 2000).

A contabilidade ambiental tem por escopo, propiciar informações regulares aos usuários internos e externos acerca dos eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial da respectiva entidade. Porém, diariamente as empresas que tentam utilizar a contabilidade de forma sustentável, enfrentam dificuldades devido a vários fatores internos e externos às empresas, incluindo a segregação de informações de natureza ambiental das outras informações da empresa, a forma de avaliação contábil, dificuldade em mensurar os passivos ambientais, bem como, em calcular o prazo de vida dos ativos ambientais entre outras complicações (SANTOS et al., 2001).

No tocante aos profissionais que podem atuar na gestão ambiental das empresas, destaca-se o contador. Kraemer (2002, p. 1), afirma que “o contador precisa de uma formação que se estenda além dos limites das técnicas e dos procedimentos, ele precisa estar presente na luta pela preservação ambiental”.

Assim, o desafio da contabilidade ambiental constitui-se em corrigir pontos ainda deficientes e mensurar econômica e financeiramente os impactos ambientais, para que se possa garantir uma segurança para o meio ambiente (ASSIS et al., 2009).

2.2 Termologia da Contabilidade Ambiental

Os ativos ambientais são representados pelas aquisições que possuem, ou seja, os estoques de acessórios, insumos e peças que são usados nos processos de redução ou eliminação dos níveis de poluição, bem como, os investimentos em máquinas e equipamentos, em instalações, nos gastos com pesquisas e em mão-de-obra especializada.

Esses investimentos podem ser a curto ou longo prazo, porém necessariamente tem que haver a intenção de minimizar ou eliminar os impactos provocados ao meio ambiente. É importante salientar, que os ativos ambientais de uma empresa podem estar presentes de duas formas distintas, seja na forma de capital fixo ou capital de giro, (RIBEIRO, GRATÃO; 2000).

Para Ribeiro (2010, p. 61), os ativos ambientais “são recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros, e que tenham por finalidade o controle, preservação e recuperação do meio ambiente”.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil afirma que a composição do ativo ambiental se dá da seguinte forma,

Compõem o ativo ambiental: o imobilizado no que se refere aos equipamentos adquiridos, visando à eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano; e os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazos, constituindo, a rigor, valores integrantes do ativo diferido (se envolverem benefícios e ação que se reflitam por exercícios futuros). Também integram o ativo ambiental os estoques, quando relacionados com insumos do processo de eliminação dos níveis de poluição; componentes representados por empregos e impostos gerados; e obras de infraestrutura local, escolas, creches, áreas verdes e ajardinadas, que busquem o desenvolvimento e a valorização da região e que, eliminando o passivo ambiental, a empresa produz ativo no local. (IBRACON – NPA 11).

Assim, conceitua-se ativo ambiental como, métodos, práticas, equipamentos, máquinas e etc, que visam amenizar ou extinguir os danos provocados por alguma empresa.

No que tange o passivo ambiental, trata-se da soma dos danos causados ao meio ambiente por empresas e que gera como consequência a obrigação de reparar tais danos. O ramo empresarial tem muitas variantes, entre essas variantes estão os diversos tipos de empresas com suas múltiplas escolhas de produção perante o mercado. Algumas empresas praticam atividades utilizando alguma, das diversas formas de recursos naturais existente. O resultado dessa ação pode causar muitas vezes dano ou alteração no meio ambiente.

Para Lana Magalhães (2017), os passivos ambientais são todos os tipos de impactos provocados ao ambiente por um determinado empreendimento e que não tenha sido reparado ao longo de suas atividades.

Na perspectiva de Leite (2011), o conceito de passivo ambiental está relacionado tão e somente aos investimentos que as empresas devem colocar em prática para que possa corrigir os impactos ambientais adversos gerados como consequência das suas atividades e que por algum motivo não tenham sido controlados ao longo dos anos de seu desempenho.

Os Passivos Ambientais, conforme Ribeiro e Gratão (2000) ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que o possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas.

Jacometo (2011) define como o conjunto de dívidas reais ou potenciais que o homem, a empresa ou a propriedade possui com relação à natureza por estar em desconformidade com a legislação ou procedimentos ambientais propostos.

Faria (2011), relata que os passivos ambientais são parte de qualquer obrigação da empresa que esteja relacionada a danos ambientais causados pela mesma, já que esta deverá sempre ser responsável pelos impactos e danos ambientais causados por ela. As empresas, por vezes devido às características das atividades que desempenham, geram danos à saúde da população que vive nas redondezas da sua localização. Sendo assim, moralmente e eticamente, as empresas que praticam atividades potenciais de risco deveriam arcar com os custos de tratamento destas pessoas, inclusive está previsto nas legislações pertinentes ao Direito civil, no que tange à responsabilidade civil, bem como, no Direito do Consumidor e em legislação esparsa.

Passivos ambientais também se referem a benefícios econômicos, que serão sacrificados em função de obrigações contraídas perante terceiros, para preservação e proteção ao meio ambiente. Têm “origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem se constituir em despesas do período atual ou anteriores, aquisição de bens permanentes, ou na existência de riscos de esses gastos virem a se efetivar (contingências)”, (MARTINS, DE LUCA; 1994, p.27).

O IBRACON Instituto Brasileiro dos Contadores (1995) trata o passivo ambiental como:

Toda a agressão que se pratica ou praticou contra o meio ambiente. Consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. Uma empresa tem passivo ambiental quando ela agride de algum modo ou ação o meio ambiente e não dispõe nenhum projeto para sua recuperação aprovado oficialmente ou de sua própria decisão.

Entende-se, portanto que de uma forma geral, passivos ambientais são como obrigações que as empresas adquirem em decorrência de ações que degradam e provocam danos ao meio ambiente.

No que se refere à receita contábil, Sprouse e Moonitz, citado por Iudícibus (2000), define da seguinte forma, “receita de uma empresa durante um período de tempo representa uma mensuração do valor de troca dos produtos (bens e ou serviços) de uma empresa durante aquele período”. Porém, nem sempre há apenas recursos advindos de venda de mercadorias, ou de prestação de serviço, pois há exceção como no caso de aluguel, quando alguém aluga uma casa por exemplo, o locatário não está vendendo mercadoria nem sequer prestando serviço ao locador, entre outras exceções.

Receita é a entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes normalmente à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos e de outros ganhos eventuais, (Iudícibus, 2010, p. 137).

O conceito de receita é amplo, podendo ser considerado com os valores pecuniários que adentram as empresas, ou até mesmo o governo, já que receita não se resume apenas a empresas privadas.

No que tange ao conceito de despesa, Marcos Machado (2016), ressalta que despesa é tudo aquilo que engloba os valores despendidos por uma empresa para realizar a manutenção da sua estrutura mínima e o funcionamento das atividades praticadas em suas dependências, ou seja, trata-se de tudo aquilo investido nas operações comerciais, nos setores administrativo, recursos humanos, marketing, entre outros.

As despesas ambientais são gastos, ou seja, consumo de ativos, que são aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas de empresas. Quando aplicados diretamente na produção, estes gastos são classificados como custo, e se forem aplicados de forma indireta são chamados de despesa.

2.3 Desenvolvimento sustentável, tripé da sustentabilidade

Variadas são as pesquisas e publicações sobre Contabilidade ambiental, que tem dentro de si vários fatores que servem como peças de um quebra-cabeça para que se possa formar por completo o que se denomina contabilidade ambiental, com isso, é de grande valia abordar uma maneira de entender e explicar a sustentabilidade, seja ela como um processo ou um objetivo final. Nesse sentido, torna-se importante ter uma noção clara do que se entende por sustentabilidade ou a falta dela (TISDELL, 1988).

Dovers e Handmer (1992) conceitua sustentabilidade como capacidade de um sistema humano, natural ou misto de resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado, e, além disso, o DS (Desenvolvimento Sustentável) é uma via de mudança intencional e melhoria que mantém ou aumenta esse atributo do sistema, ao responder às necessidades da população presente. Numa primeira visão, o DS é o caminho para se alcançar a sustentabilidade, isto é, a sustentabilidade é o objetivo final, de longo prazo, (DOVERS E HANDMER, 1992).

O termo desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1980, emergiu da relação entre preservação do planeta e atendimento das necessidades humanas (IUCN, 1980). O Relatório *Brundtland* (WCED, 1987) explica o termo desenvolvimento sustentável de forma simples, conceituando-o como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades da atualidade sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, conforme Prugh e Assadourian (2003).

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu em Joanesburgo, África do Sul, em 2002, os pilares do desenvolvimento sustentável, que são os elementos essenciais para que algo seja considerado sustentável para o meio ambiente.

Os pilares que formam o *tripé* da sustentabilidade são os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Porém, há também questões políticas, devido à premissa de que tudo está interligado. Esses aspectos essenciais do tripé devem interagir, de forma holística, para satisfazer o conceito. Sem estes três pilares a sustentabilidade não se mantém. Ainda são discutidos novos pilares, como a questão cultural, tecnológica, para complementar a sustentação da questão como um todo.

Com o desenvolvimento sustentável surgiu a responsabilidade socioambiental, e como resultado foram criadas várias leis exigindo postura responsável por parte das empresas e da sociedade. Souza e Cordeiro (2010) relatam que no Brasil só é possível obter um desenvolvimento sustentável por meio de um planejamento organizacional estratégico alinhado ao tripé da sustentabilidade.

No entanto, colocar em prática planejamentos organizacionais estratégicos visando o desenvolvimento sustentável é um trabalho árduo, seja no que tange a esfera privada, seja na esfera pública. Implementar um sistema de gestão ambiental colabora diretamente para a ecoeficiência da organização, pois, gera a diminuição continuada do consumo de recursos, de poluição, e da degradação ambiental, Barata; Kligerman e Gomez (2007). Sendo assim, seria construída uma analogia plausível entre as atividades empresariais, o meio ambiente e as necessidades da população presente e futura.

Ribeiro (2006) destaca que a contabilidade como ciência que estuda o patrimônio das empresas deve ser inserida a outras áreas de conhecimento que cooperam com o meio ambiente, pois ela pode demonstrar a relação entre as empresas e o meio ambiente, como o

patrimônio econômico destas é afetado em decorrência das causas ambientais e como cada uma age para reduzir ou eliminar as agressões ao meio ambiente, logo se faz necessário a utilização de dois institutos, que é o Balanço Social e o Relatório de Impacto Ambiental.

O Balanço Social é o principal demonstrativo contábil que proporciona a evidenciação ambiental. Porém, atualmente não é obrigatória a elaboração e apresentação do Balanço Social, de acordo com RIBEIRO (2006, p. 13): “[...] enquanto alguns entendem que é necessário impor sua publicação, outros acreditavam que ela deveria ser deixada à escolha das empresas.” Cabe ressaltar que essa demonstração contábil é responsável pela evidenciação do desenvolvimento sustentável.

Além do Balanço Social, existe o Relatório de Impacto Ambiental, que resulta das consequências da análise da colisão das atividades da entidade com o meio ambiente, justificando a missão da empresa com a política governamental, apresentando as conclusões em relação à área afetada pela atividade social e os efeitos da mesma, medidas de prevenção para situações especiais que possam impactar negativamente o ambiente, assim como o Anexo de riscos fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal é para uma entidade integrante da Administração Pública em matéria fiscal.

Esse relatório também não é obrigatório ser elaborado pelas entidades. Pode-se concluir então, que a Contabilidade Ambiental trata-se de uma parte da Ciência Contábil que está se desenvolvendo juntamente com outros campos de atuação e que sendo assim, pode, ao longo do tempo, oferecer aos profissionais que se especializam uma oportunidade no mercado de trabalho (SERRA NEGRA; SERRA NEGRA, 2001).

3 METODOLOGIA

Entende-se que a pesquisa precisa inicialmente definir seu objeto de estudo, para em seguida, constituir um processo de investigação, buscando responder um determinado problema.

A metodologia, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), tem o objetivo de instituir parâmetros para a construção do conhecimento científico, dando relevância à ordenação complexa que se dá nesse processo, tendo como resultado, um conhecimento construído com a dimensão de qualidade elevada.

No entanto, este estudo já tratou no capítulo introdutório sobre o seu objeto de estudo, que é analisar o perfil dos artigos científicos publicados no Congresso da USP entre 2013 a 2018, que tratam da temática sobre contabilidade ambiental. Assim, o processo de investigação dessa pesquisa se constitui em uma pesquisa descritiva, com a abordagem do problema de forma qualitativa, com o uso da técnica bibliográfica, tendo como amostra a contabilidade ambiental, bem como, trará a análise de dados de forma descritiva.

3.1 Características da pesquisa

A pesquisa metodológica descritiva trata-se de um método pelo qual o pesquisador realiza o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem a manipulação ou interferência do mesmo, cabendo apenas a esse descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre ou como se estrutura dentro de um determinado sistema, método, processo ou realidade operacional, conforme Silva e Menezes (2000). Para Castro (1976, p.66) “quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas”

Logo, entende-se que o autor vê a pesquisa descritiva como algo que captura o cenário de uma determinada situação expressa através de números. No entanto, a relação das variáveis se dá por meio de pesquisa explicativa.

A natureza da pesquisa ocorre por meio da abordagem metodológica qualitativa, que se trata da metodologia que tem suas análises através da percepção do fenômeno dentro do seu contexto Triviños (1987), ou seja, busca capturar além da aparência de determinado fenômeno, a essência, a origem, a relação, as mudanças e as consequências.

3.2 Universo e amostra da pesquisa

O universo desta pesquisa se baseia em artigos publicados no Congresso USP de 2013 a 2018. Segundo *website* (2019) do Congresso USP, cerca de 589 artigos foram aprovados durante esse período. A escolha do Congresso para análise deu-se por esse ter alto impacto acadêmico, sendo fontes de conhecimento e discussões sobre o tema pesquisado.

Assim, a amostra da pesquisa foi composto por 19 artigos que abordaram a temática de contabilidade ambiental. No que tange à coleta de dados, se deu por meio de *website* de Congressos da Universidade de São Paulo (USP), publicados no período de 2013 a 2018, sendo selecionados os artigos que abordam temas como contabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

3.3 Coleta de dados

A técnica de análise utilizada neste trabalho é a documental, que é indispensável porque a maioria das partes das fontes escritas são quase sempre a base do trabalho de investigação; são aqueles realizados a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Para Ludke e André (1986), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

No que diz respeito aos aspectos da pesquisa bibliográfica, Gil (2010), destaca que a principal vantagem está na permissão que há entre o investigador de ter a cobertura de vários fenômenos, já que, por natureza são mais amplos do que outros tipos de pesquisas de cunho mais direto. Logo, ressalta-se, que a pesquisa bibliográfica é um meio indireto de obter informações que tem como possibilidade inúmeras divergências o que dá uma visão mais ampla do tema proposto.

Neste sentido, o presente artigo trata-se de um estudo bibliométrico, que é uma ferramenta para pesquisar assuntos diversos que tem grande relevância em qualquer área de conhecimento científico. Na área contábil, já que este é o caso do presente trabalho científico, tem sido bastante praticado o estudo bibliométrico, tanto por parte de profissionais da área, como por estudantes. Este artigo busca levantar e analisar as publicações científicas publicadas nos Congressos da Universidade de São Paulo (USP), entre o período de 2013 a 2018 sobre a contabilidade ambiental.

3.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados de forma descritiva, cuja finalidade central é atingir o objetivo geral de analisar o perfil dos artigos publicados no Congresso USP, a respeito de contabilidade e desenvolvimento ambiental no período de 2013 a 2018. Para tanto, trabalho

foi realizado com o *software Microsoft Excel®*, sendo assim a análise e interpretação dos dados se caracteriza de forma qualitativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados, busca interligar a teoria levantada durante o decorrer do trabalho com a metodologia demonstrada. Devendo apresentar de forma organizada e concisa os dados que foram coletados durante a pesquisa.

4.1 Artigos apresentados no Congresso USP

A contabilidade é a principal fonte de informação das organizações e deve evidenciar as medidas adotadas e os resultados alcançados pelas entidades em relação ao meio ambiente (KRAEMER, 2001). Com a mesma finalidade que a contabilidade, essa pesquisa tem o objetivo de quantificar e evidenciar os estudos sobre a contabilidade no Congresso USP. No decorrer deste trabalho, foram analisados 19 (dezenove) artigos científicos que foram publicados nos Anais do Congresso USP entre 2013 a 2018. Compuseram a amostra 03 (três) artigos publicados no ano de 2013, 04 (quatro) artigos publicados no ano de 2014, 04 (quatro) publicações do ano de 2015, 04 (quatro) do ano de 2016, um único artigo publicado em 2017, e por último, 03 (três) artigos de 2018.

Para realizar o processo de investigação deste artigo científico, usou-se a base de dados da USP, onde se encontra os artigos publicados em seus congressos, ou seja, através de visitas ao site da USP Anais Congresso, foram filtrados os trabalhos que continham conteúdo com títulos ou palavras-chaves, que tem relação com a contabilidade ambiental. No decorrer da pesquisa foi identificado que no período de 2013 a 2018 foram publicados nos Congressos da USP, 19 (dezenove) artigos científicos que continham a temática contabilidade em meio ao conteúdo da sua pesquisa.

4.1.1 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2013

Os artigos científicos publicados no Congresso USP 2013, que envolvem a contabilidade ambiental em suas temáticas, totalizaram três publicações. Ressalta-se que nos 03 (três) artigos analisados, foram empregadas abordagens qualitativas, conforme Quadro 01:

Quadro 01: Artigos do Congresso USP, ano 2013

AUTORES	TÍTULO DO ARTIGO	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO
Martins; Santos e Campos	Intensidade da Relação Entre Fatores do Estado Contínuo e Fatores da Sustentabilidade nas dimensões Econômica, Social e Ambiental;	Bibliográfica/ Qualitativa
Bomfim; do Monte; Teixeira	Relação do <i>Disclosure</i> da Sustentabilidade com a Governança Corporativa: Um estudo nas empresas listadas no Ibrx;	Análise de conteúdo/ Qualitativa
Zimmermann	Atendimento de Instituições Financeiras Às recomendações de evidenciação ambiental da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI).	Análise de conteúdo/ Qualitativa

Fonte: Elaboração própria (2019)

O artigo de Martins, Santos e Campos (2013) tem por temática a contabilidade aplicada para usuários externos, e como título: Intensidade da Relação entre Fatores do Estado Contínuo e Fatores da Sustentabilidade nas Dimensões Econômica, Social e Ambiental; esse artigo busca relatar a relação existente entre os principais fatores do estado contínuo e da sustentabilidade de empresas que atuam no Brasil. Para a sua elaboração usou-se a metodologia bibliográfica, através de pesquisas em obras nacionais e internacionais.

Além das pesquisas bibliográficas, quantificou-se a força da relação entre os principais fatores do estado contínuo e da sustentabilidade através da coleta de amostra de 49 (quarenta e nove) empresas que tem atividades no Brasil, por meio do emprego da técnica de Correlação Canônica para o período de 2006 a 2010. Com isso, os resultados obtidos confirmaram a existência de relação entre os principais fatores do estado contínuo e da sustentabilidade das empresas assim como, o nível de intensidade da relação.

O artigo de Zimmermann (2013) trata da mesma temática que o artigo acima, sobre contabilidade aplicada para usuários externos, traz como título: Atendimento de instituições financeiras às recomendações de evidenciação ambiental da *Global Reporting Initiative (GRI)*, tem como escopo descrever o comportamento de 05 (cinco) instituições financeiras pertencentes à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa do ano de 2011. A metodologia aplicada foi a qualitativa, descritiva e documental, tendo-se adotado a técnica de análise de conteúdo. Os resultados mostraram-se favoráveis ao padrão estabelecido pela *Global Initiative*, porém, as unidades de medida evidenciadas pelas Instituições nos indicadores não há estabelecimento de um padrão, o que dificulta a comparação da própria instituição em relação ao consumo do exercício atual e do anterior, bem como a comparação entre as instituições.

Bonfim, do Monte e Teixeira (2013) seguiu a mesma linha temática dos dois anteriores, sobre contabilidade aplicada para usuários externos, tendo como título: Relação do *disclosure* da sustentabilidade com a governança corporativa: um estudo nas empresas listadas no IBRX. O estudo consiste na verificação da relação do disclosure da sustentabilidade com algumas características da governança corporativas empresas de capital aberto, brasileiras.

A técnica de análise de conteúdo foi realizada através de relatórios corporativos, bem como nas demonstrações financeiras e nos relatórios sociais. No entanto, utilizou-se também, dados expostos em painel com a metodologia de efeitos fixos. Essa pesquisa tem como resultado estatísticas significativas quanto às variáveis representativas das empresas, corroborando, assim, com alguns estudos internacionais que evidenciaram a influência dessas variáveis na divulgação de informações pelas companhias.

4.1.2 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2014

No período de 2014 houve 04 (quatro) publicações no Congresso USP, dois artigos utilizaram técnicas quantitativas e os outros dois empregaram análise de conteúdo:

Quadro 02: Artigos do Congresso USP, ano 2014

AUTORES	TÍTULO DO ARTIGO	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO
De Almeida.	Asseguração de Relatórios de Sustentabilidade: O caso Petrobrás;	Análise de conteúdo/ Qualitativa
Pereira e Silva.	Estrutura de Capital, Dinamismo Ambiental e Inovação: variáveis que influenciam o desempenho financeiro da companhia;	Descritiva/ quantitativa

Manfroi e da Cunha.	Relação entre as características do comitê de Auditoria e o nível de evidenciação voluntária ambiental das empresas listadas BM&FBOVESPA;	Descritiva/ quantitativa
Silva Filho, da Silva e de Freitas.	Determinantes do <i>disclosure</i> ambiental nos relatórios de empresas listadas na BM&FBOVESPA.	Análise de conteúdo/ Qualitativa

Fonte: Elaboração própria (2019)

De acordo com o Quadro 02, o trabalho de Almeida (2014) é intitulado de: *Asseguração de Relatórios de Sustentabilidade: o Caso Petrobrás*, com o tema na área II, auditoria e perícia. Tem como escopo, a verificação estrutural dos relatórios de asseguração emitidos para as informações de sustentabilidade da empresa Petróleo do Brasil (Petrobrás), assim como, explanar as normas indicadas nos relatórios de asseguração como diretrizes para a elaboração deste relatório e quais as empresas tem trabalhado no serviço de asseguração da empresa Petrobrás.

A metodologia aplicada foi a análise de conteúdo, com abordagem qualitativa. A pesquisa tem como resultado a constatação de que nos anos de 2005 e 2006 não foram emitidos relatórios de asseguração e sim relatórios de auditoria independente, para as informações socioambientais da empresa. A partir de 2008 até 2009, há a inserção do relatório de asseguração das informações contidas nos balanços sociais e ambientais. E finalmente, nos anos de 2009 a 2012 foram emitidos relatórios de asseguração para os relatórios de sustentabilidade (ALMEIDA, 2014).

O segundo artigo intitulado de *Estrutura de Capital, Dinamismo Ambiental e Inovação: variáveis que influenciam o desempenho financeiro da companhia*, que tem por autores Pereira e Silva (2014), mostra que um ambiente que possui dinamismo gera altos e baixos nas empresas no que se refere às estratégias de investimento e financiamento. A metodologia desenvolvida nessa pesquisa se deu por meio de uma pesquisa empírico-descritiva e quantitativa. O resultado foi a análise de variáveis estruturais de capital, o dinamismo ambiental das mesmas e as inovações como fator determinante no desempenho financeiro de companhias brasileiras negociadas na BM&FBOVESPA entre 2001 e 2010.

A pesquisa de Manfroi e da Cunha (2014), demonstra a relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Nível de Evidenciação Voluntária Ambiental das Empresas Listadas na BM&Fbovespa. Este segundo artigo seguiu uma linha de pensamento semelhante ao primeiro, pois tinha como objetivo analisar as variáveis das empresas listadas na BM&FBovespa. A metodologia aplicada nesse estudo classifica-se como descritivo e documental com abordagem quantitativa. O resultado obtido mostrou que cerca de 10% (dez por cento) das características do comitê de auditoria correspondem ao nível de evidenciação voluntária ambiental das empresas listadas na BM&FBovespa.

O último artigo, trata da contabilidade financeira, título: *Determinantes do Disclosure Ambiental nos Relatórios de Empresas Listadas na BM&FBOVESP*, artigo de Silva, Filho e Freitas (2014), visa determinar quais os fatores que influenciam as divulgações ambientais nos relatórios anuais das empresas listadas nas BM&FBOVESPA. O trabalho investigou as divulgações de informações ambientais nos relatórios anuais das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) e se analisaram a possível existência de associações positivas entre a quantidade de divulgação ambiental e outras variáveis. O método de investigação desse estudo utilizou a análise de conteúdo pela contagem de palavras para quantificar a divulgação ambiental nos relatórios anuais de 2012 e relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na BM&FBOVESPA, ou seja, metodologia qualitativa.

4.1.3 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2015

No período de 2015 houveram 04 (quatro) publicações no Congresso USP, com a temática contabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Nesse ano (2015), os artigos empregaram procedimento quantitativo, de acordo com o Quadro 3:

Quadro 03: Artigos do Congresso USP, ano 2015

AUTORES	TÍTULO DO ARTIGO	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO
Altoé, Panhoca e Espejo;	Índice de disclosure ambiental (IDA): Análise da aplicação de indicador desenvolvido a partir da ética de especialistas no Brasil;	Descritiva e exploratória. Quantitativa.
Batista, Andrade, da Rocha e Silva Cruz.	Fatores determinantes no nível de divulgação ambiental nas 52 maiores transnacionais brasileiras em 2014 segundo a Fundação Dom Cabral;	Descritiva e exploratória. Quantitativa
Góis, de Vasconcelhos, Lopes e de Luca.	<i>Disclosure</i> socioambiental, reputação corporativa e criação de valor nas empresas listadas na BM&FBOVESPA;	Descritiva, Quantitativa
da Cruz, Gomes, Bruni e Oliveira.	Práticas de sustentabilidade empresarial, estratégias de enfrentamento as mudanças climáticas e criação de valor: Um estudo com as empresas não financeiras listadas na BM&FBOVESPA.	Descritiva, Quantitativa

Fonte: Elaboração própria (2019)

O estudo realizado por Altoé, Panhoca e Espejo, denominado de: Índice de *Disclosure Ambiental (IDA): Análise da Aplicação de Indicador Desenvolvido a partir da Ótica de Especialistas no Brasil*, objetivou aplicar o Índice de *Disclosure Ambiental (IDA)* aos Relatórios de Sustentabilidade no setor de papel e celulose no Brasil.

A pesquisa tem como metodologia, a utilização de técnicas descritiva. Os resultados do estudo demonstraram que os Relatórios de Sustentabilidade apreciam tanto as categorias, como os itens que formam o IDA, com ressalva para a Cia.

O segundo estudo, publicado no período de 2015 no Congresso USP, intitulado de: *Fatores Determinantes no Nível de Divulgação Ambiental nas 52 maiores Transnacionais Brasileiras em 2014 segundo a Fundação Dom Cabral*, que tem como autores, Batista, Silva, Andrade e da Rocha (2015), analisou as variáveis que podem influenciar o nível de divulgação ambiental das 52 maiores organizações transnacionais brasileiras, em 2014, sua metodologia seguiu a abordagem quantitativa, do tipo exploratório-descritivo. Os resultados demonstraram que o grau de internacionalização é fator significativo para o nível de divulgação ambiental, tendo em vista apresentar *p value* 0, 008, no entanto aspectos tais como: tamanho, endividamento, setor de atividade e desempenho não apresentaram relevância.

Disclosure Socioambiental, Reputação Corporativa e Criação de Valor nas Empresas Listadas na BM&FBovespa, foi elaborado por Lopes, de Luca, Góis e Vasconcelhos (2015). A pesquisa visou analisar a relação entre o *disclosure* socioambiental, a reputação corporativa e a criação de valor nas empresas listadas na BM&FBovespa, com base nos preceitos da Teoria da Sinalização. Para tanto, usou a metodologia descritiva, com abordagem quantitativa dos dados. Os resultados mostram que o *disclosure* socioambiental e a reputação corporativa não são positivamente relacionados com a criação de valor, pois apenas a reputação corporativa apresentou relação com a criação de valor nas companhias de capital aberto pesquisadas.

O quarto e último artigo publicado no ano de 2015 chama-se: Práticas de Sustentabilidade Empresarial, Estratégias de Enfrentamento às Mudanças Climáticas e Criação de Valor: um estudo com as empresas não financeiras listadas na BM&FBovespa, seus autores são da Cruz, Gomes, Bruni e Oliveira (2015). O trabalho discorreu sobre a relação entre práticas de sustentabilidade empresarial, estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas e o valor das empresas não financeiras listadas na BM&FBovespa. Sua metodologia utilizada foi a análise de base de dados. O resultado obtido é de que fatores influenciam a adoção das estratégias, na percepção dos gestores, de companhias nacionais e multinacionais.

4.1.4 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2016

Assim como no ano anterior (2015), o ano de 2016 obteve também 04 (quatro) trabalhos científicos publicados no Congresso USP referente a temática analisada, como pode-se verificar, os quatro artigos empregaram procedimento quantitativo.

Quadro 04: Artigos do Congresso USP, ano 2016

AUTORES	TÍTULO DO ARTIGO	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO
Beuren e Vaz	Papel mediador do pacote do sistema de controle gerencial na relação entre estratégia ambiental e performance gerencial;	Descritiva e quantitativa (equações estruturais)
Kroenke, Marcos e Nascimento	Efeito da participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor de transporte;	Descritiva e quantitativa.
Lavarda;	Avaliação da relação entre folga orçamentária, estilo de liderança e incerteza ambiental;	Descritiva e quantitativa.
Medeiros, Câmara, Almeida e Pena	A influência do desenvolvimento sustentável na lucratividade empresarial: Uma análise das companhias listadas nos índices de sustentabilidade do Brasil e do México.	Descritiva e quantitativa.

Fonte: Elaboração própria (2019)

De acordo com o Quadro 04, o artigo de Beuren e Vaz (2016), trata de analisar a relação entre estratégia ambiental e performance gerencial, e de como essas estratégias são medidas pelo pacote do Sistema de Controle Gerencial (SCG) em empresas brasileiras. Seu título é: Papel Mediador do Pacote do Sistema de Controle Gerencial na Relação entre Estratégia Ambiental e Performance Gerencial. A técnica metodológica utilizada foi a análise descritiva e de modelagem de equações estruturais. O resultado obtido mostrou que as estratégias de pesquisa impõem limitações.

O artigo que tem por titulado Efeito da Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no Desempenho Econômico-Financeiro das Empresas do Setor de Transporte, tem como autores Nascimento, Kroenke e Marcos (2016), que pesquisaram sobre as alterações do ambiente externo e a cobrança por uma postura mais responsável em relação ao desempenho econômico das empresas que tem índice de sustentabilidade.

Trata-se de um estudo com metodologia descritiva e abordagem quantitativa. Essa pesquisa resultou em uma identificação de que empresas do setor de transporte participantes do ISE, que deixaram de participar do índice, obtiveram uma queda na colocação do ranking de desempenho econômico-financeiro. Já as empresas que se mantiveram no índice por um longo período apresentaram crescimento sucessivo no ranking, indicando assim, a possibilidade da influência do ISE no desempenho econômico-financeiro das empresas de transporte listadas na BM&FBovespa.

Avaliação da Relação entre Folga Orçamentária, Estilo de Liderança e Incerteza Ambiental, artigo elaborado por Lavarda (2016), relata concepção da Teoria da Contingência, um ambiente organizacional não é idêntico a outro, e dependendo do contexto organizacional haverá mudanças substanciais para adaptação às contingências internas e externas, considerando que contingências externas podem influenciar os estilos de liderança e a folga orçamentária. Sua pesquisa é descritiva, o resultado almejado visa contribuir com aperfeiçoamento do conhecimento quanto às variáveis contingenciais que influenciam os estilos de liderança e a folga orçamentária, contribuindo para que os diferentes envolvidos tenham mais subsídios para melhorar a gestão, utilizando melhor os recursos adicionais e analisando variáveis internas e externas que possam demonstrar um caminho alternativo para a tomada de decisão. Conclui-se que há relação indireta do estilo de Liderança Precisão Preditiva com a folga orçamentária, mediada pela Incerteza Ambiental, indicando que os líderes das indústrias estudadas preocupam-se com incertezas externas à empresa para tomada de decisão com maior precisão.

O último artigo do respectivo período analisado, tem como escopo a possibilidade de adentrar ao meio onde as empresas buscam uma política de práticas sustentáveis para auferir vantagem econômica. O título é: A Influência do Desenvolvimento Sustentável na Lucratividade Empresarial: Uma Análise das Companhias Listadas nos Índices de Sustentabilidade do Brasil e do México, seus autores são Pena, Medeiros, Câmara e Almeida (2016). A técnica metodológica utilizada se baseou em amostras e análises de informações. Os resultados das regressões indicaram que a presença no índice de responsabilidade social do México se mostrou significativa para determinar a lucratividade, contudo, o mesmo não ocorreu no Brasil. Dessa forma, percebe-se o quanto é importante para o ramo empresarial o desenvolvimento sustentável e como isso pode ser lucrativo para um país.

4.1.5 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2017

No ano de 2017, apenas 01 (um) artigo científico com temática que envolve a contabilidade ambiental, foi publicado no Congresso USP, como nos anos 2015 e 2016, o artigo emprega procedimento metodológico quantitativo.

Quadro 05: Artigos do Congresso USP, ano 2017

AUTORES	TÍTULO DO ARTIGO	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO
Schlup; Fabre; Stupp.	Influência da aplicação de recursos públicos sobre os resultados dos indicadores de desenvolvimento ambiental sustentável.	Quantitativa, descritiva e documental.

Fonte: Elaboração própria (2019)

O único artigo científico apresentado no Congresso USP 2017, foi elaborado por Schlup, Fabre e Stupp (2017) e tem por título: Influência da Aplicação de Recursos Públicos sobre o Resultado dos Indicadores de Desenvolvimento Ambiental Sustentável. A área da temática principal dessa pesquisa se concentra na Gestão Ambiental, o trabalho aborda assuntos relacionados aos gastos públicos e desenvolvimento econômico. O objetivo é identificar a influência dos gastos públicos sobre os indicadores de desenvolvimento ambientais sustentáveis (IDAS), dos municípios.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e de levantamento documental. Por fim, concluiu-se que o volume dos gastos públicos com gestão ambiental não influencia no desempenho dos municípios, medido através do IDAS.

4.1.6 Artigos apresentados no Congresso USP- Ano 2018

O último ano de análise dos perfis dos artigos publicados na USP foi 2018, nesse período, foram publicados 03 (três) artigos científicos com temas que envolvem a contabilidade ambiental, sendo que um artigo foi elaborado com abordagem qualitativa, um com abordagem quantitativa e um com procedimento quanti-quali.

Quadro 06: Artigos do Congresso USP, ano 2018

AUTORES	TÍTULO DO ARTIGO	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO
Dos Santos, Silva, da Silva e dos Reis.	Níveis de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade: Uma análise das 50 maiores empresas do Brasil;	Descritiva, qualitativa e documental.
Granemann, Rosa, Almeida, e Giustina.	Análise dos relatórios ambientais das empresas do segmento de papel e celulose da BM&FBOVESPA;	Qualitativa, quantitativa, bibliográfica e documental.
Leite, da Silva e Santos.	Evidenciação ambiental: Comparação entre a capacidade informacional dos relatórios contábeis de companhias brasileiras que negociam ADR e as que não negociam.	Quantitativa

Fonte: Elaboração própria (2019)

O artigo Níveis de Asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade: Uma Análise das 50 Maiores Empresas do Brasil, foi realizado por dos Santos, Silva, da Silva e dos Reis (2018), e o objetivo desse artigo foi analisar como são divulgados os processos de asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade das 50 maiores empresas por faturamento do Brasil entre os anos de 2014 e 2016. Utilizou-se a metodologia descritiva, qualitativa e documental.

O resultado ocorre na medida em que, a divulgação dos relatórios de sustentabilidade possuem o caráter facultativo. Sendo assim, grande parte das empresas além de optarem pela divulgação, ainda asseguram esses relatórios com o objetivo de demonstrar de maneira segura e transparente, sua responsabilidade e compromisso para com seus acionistas, o meio ambiente e a sociedade (SANTOS, SILVA, da SILVA e REIS 2018).

O segundo artigo publicado no período de 2018 foi elaborado por Granemann, Rosa, Almeida e Giustina (2018), recebendo o título de: Análise dos Relatórios Ambientais das Empresas do Segmento de Papel e Celulose da BM&FBovespa. A finalidade do artigo analisado é de comparar os dados coletados das empresas do segmento de papel e celulose vinculados a BM&FBovespa, fazendo conceituação dos seus institutos. Este trabalho utilizou abordagem metodológica qualitativa e quantitativa, além de pesquisas bibliográficas e documentais. Logo, tem-se como resultado que as empresas do segmento de papel e celulose estão preocupadas em divulgar em seus relatórios ambientais apenas suas ações de prevenção, tanto para seus acionistas como para a sociedade onde está inserida, dando-lhe a possibilidade de criar programas educacionais junto com a comunidade utilizando a contabilidade ambiental.

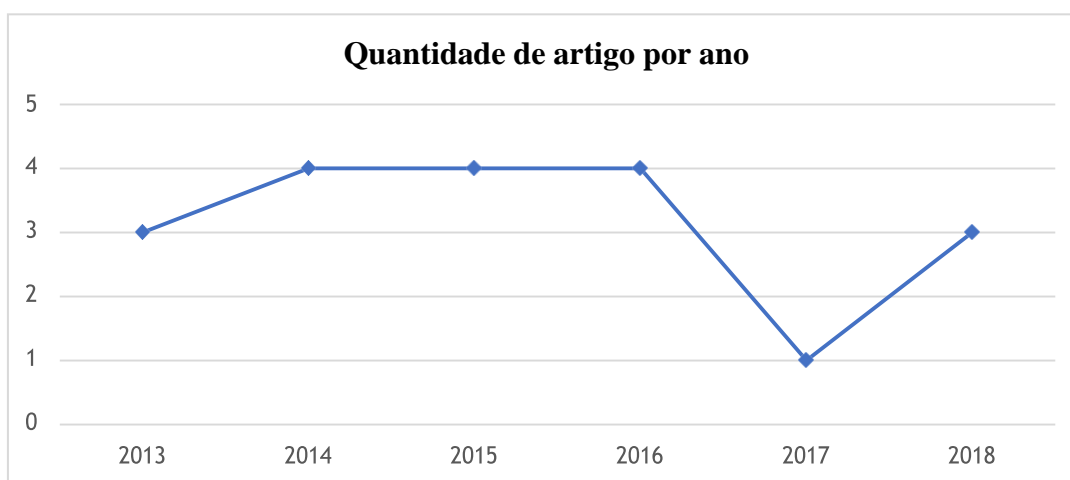
O último artigo em análise, tem por título: Evidenciação ambiental: Comparação entre a capacidade informacional dos relatórios contábeis de companhias brasileiras que negociam ADR e as que não negociam, feito por Leite, da Silva e Santos (2018) tem como objetivo geral identificar a diferença na forma de divulgação de fatos relativos ao meio ambiente nos relatórios contábeis de 21 companhias brasileiras que negociam ADR (American Depositary Receipt) na NYSE (New York Stock Exchange) em comparação com 21 companhias que não têm recibos de ações emitidos na NYSE entre 2010 e 2016.

A metodologia utilizada na elaboração do referido artigo trata-se do método qualitativo. Os resultados são os indícios de que apesar da melhora na divulgação ambiental do ano de 2016 em relação ao ano de 2010, não houve estatísticas relevantes ao nível de 5% e em relação a variável tamanho, quanto maior a empresa, maior foi seu nível de evidenciação, e quanto maior o tempo de registro na NYSE, menor foi seu nível de evidenciação.

4.2 Evolução dos artigos apresentados

O presente estudo objetivou analisar o perfil dos artigos científicos publicados no Congresso da USP entre 2013 a 2018, assim sendo, faz-se necessário demonstrar a evolução ao longo dos anos, dos artigos referente contabilidade e desenvolvimento ambiental, de acordo com Gráfico 01

Gráfico 01: Artigos contabilidade e desenvolvimento ambiental



Fonte: Elaboração própria, 2019

Como pode ser observado, a análise do número médio de publicação inicia no ano de 2013 com apenas 03 publicações em média. Em 2014, há uma subida no número de publicações, evoluindo para 04 publicações em média. Esse número permanece constante nos anos de 2015 e 2016. No ano de 2017 há uma queda acentuada no número médio de publicações, ficando com apenas 01 publicação em média. No ano de 2018 o número médio de publicações sobe novamente para 03 publicações em média.

Apesar de não ultrapassar o “recorde” de número médio de publicações no triênio 2014-2016, o período de 2017 para 2018 apresenta a maior elevação no número de publicações, indo de 1 para 03 publicações em média.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa está inserida no contexto de preocupações para com o meio ambiente, preocupações essas que estão atingindo todos os segmentos da sociedade. O objetivo da pesquisa é analisar o perfil dos artigos publicados no Congresso da USP a respeito de contabilidade e desenvolvimento ambiental no período de 2013 a 2018.

A metodologia utilizada na pesquisa é descritiva, com abordagem qualitativa com emprego da técnica bibliométrico. A amostra foi composta por 19 (dezenove) artigos que abordaram a temática de contabilidade ambiental apresentados no Congresso da Universidade

de São Paulo (USP) no período de 2013 a 2018, sendo selecionados os artigos que abordam temas como contabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

Os resultados encontrados demonstram que no ano de 2013, os artigos científicos publicados no Congresso USP, que envolvem a contabilidade ambiental em suas temáticas, totalizaram três publicações, sendo que nos artigos analisados foram empregadas abordagens qualitativas.

No período de 2014, 2015 e 2016 houveram 04 (quatro), publicações no Congresso USP, sendo que no ano de 2014 dois artigos utilizaram técnicas quantitativas e dois elaboraram os artigos empregando análise de conteúdo, ou seja, procedimento qualitativo. No período de 2015 e 2016 os trabalhos científicos publicados no Congresso USP referente à temática analisada, como pode-se verificar, os quatro artigos empregaram procedimentos quantitativos.

O ano de 2017, foi marcado como sendo o período que teve menor publicação sobre a temática contabilidade e desenvolvimento ambiental, sendo verificado que apenas 01 (um) artigo científico publicado no Congresso USP, como nos anos 2015 e 2016, o artigo empregou o procedimento metodológico quantitativo. O último ano de análise dos perfis dos artigos publicados na USP, foi 2018, onde houve 03 (três) publicações de artigos científicos com temas que envolvem a contabilidade ambiental, sendo que um artigo foi elaborado com abordagem qualitativa, um com abordagem quantitativa e um com procedimento quanti-quali.

Conclui-se que, mesmo tendo artigos publicados sobre contabilidade e desenvolvimento ambiental, no Congresso USP nos anos analisados de 2013 a 2018, esse número de artigo ainda é baixo, comparado o universo da pesquisa que tem cerca de 589 artigos publicados nesse lapso temporal.

Assim, esse trabalho encontrou com limitação da pesquisa, o tempo de análise e o evento analisado, não sendo assim, possível generalizar os resultados encontrados. Desta forma, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas com a temática Contabilidade e desenvolvimento ambiental em outros eventos, a exemplo do Congresso Anpcont, Congresso Brasileiro de Custos e o Congresso Unb de Contabilidade.

REFERÊNCIAS

ANAIS DO CONGRESSO. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/Congresso/Anais>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

ASSIS, J. N.; RIBEIRO, M. S.; MIRANDA, C. S.; REZENDE, A. J. **Contabilidade ambiental e o agronegócio: um estudo empírico entre as usinas de cana-de-açúcar. Sociedade, Contabilidade e Gestão.** v. 4, n. 2, p. 88-103, 2009.

BARATA, Martha Macedo de Lima; KLIGERMAN, Debora Cynamon e GOMEZ, Carlos Minayo. **A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica, Ciência & saúde coletiva,** n.12, jan. 2007.

CARDOSO, A. C. **O valor da contabilidade ambiental agregado ao planejamento estratégico organizacional.** Revista Pensar Contábil, v. 8, n. 33, p. 26-32, 2006.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Estrutura e apresentação de publicações científicas,** São Paulo: McGraw Hill, 1976

DOVERS, S.R.; HANDMER, J.W. **Uncertainty, sustainability and change**. Global Environmental Change, v.2, n.4, p.262-276, 1992.

FARIA, Caroline. **Passivo Ambiental**. Disponível em: <<http://www.facape.br/socrates/Trabalhos/Auditoria%20Ambiental.htm>>. Acesso em: 30 de junho de 2011.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
IBRACON – Instituto Brasileiro dos Contadores. São Paulo, set. 1995. **Norma de Procedimento de Auditoria NPA 11 - NBR isso 14010**. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUCN, UNEP, WWF. **The World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development**. International Union for Conservation of Nature (IUCN), United Nations Environment Programme (UNEP) and World Wide Fund for Nature (WWF), Gland, Switzerland, 1980.

JACOMETO, Márcia A. **Velhas Práticas – Passivo Ambiental: conceito ambiental**. 2011. Disponível em: < <https://www.mail-archive.com/civil@grupos.com.br/msg00266.html>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental como Sistema de Informação**. Contabilidade Vista & Revista, v. 12, n. 3, p. 71-92, 2001.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **O Balanced Scorecard e seu impacto na contabilidade gerencial**. Contabilidade vista e revista, v.13, n.3, p.53-70, Dez. 2002

LEITE, Mauro. **Passivo Ambiental**. 2011. Disponível em: <http://www.marsh.com.br/auto.cfm?myurl=marsh/Passivo%20Ambiental.cfm>> Acesso em: 30 de junho de 2018.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Marcos. **Custos, gastos e despesas: entenda a diferença**. 2016. Disponível em: <<https://www.erpflex.com.br/blog/custos-gastos-e-despesas>>. Acesso em: 09 de abril de 2019.

MAGALHÃES, Lana. **Passivo ambiental**. 2017. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/passivo-ambiental/>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu & DE LUCA, Márcia M. **Ecologia via contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: ano 23, nº 86, p.20-29, mar.1994.

PRUGH, T.; ASSADOURIAN, E. **What is sustainability, anyway?** *World Watch*. v.16, n.5, p.10-21, 2003.

RIBEIRO, M. de S. & GRATÃO, A. D. **Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis**. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS Anais... 7. Recife: UFPE, 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza. LISBOA, Lázaro Plácido. Passivo ambiental. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília – DF ano 29, nº 126, p. 08-19, nov/dez 2000

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006

RIBEIRO, M. S. **Uma reflexão sobre as oportunidades para a Contabilidade Ambiental**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 17, n. Especial, p. 4-17, 2012.

SANTOS, A. et al. **Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras**. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE, 1., 2001, São Paulo. Anais... São Paulo, 2001.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto; SERRA NEGRA, Elizabete Marinho. **Perícia Contábil Ambiental**. Anais da III Convenção de Contabilistas de Minas Gerais. Belo Horizonte: CRCMG, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da.MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000.

SOUZA, G. R; CORDEIRO, J. S. **Mapeamento cognitivo e Balanced Scorecard na gestão estratégica de resíduos sólidos urbanos**. Gestão e produção, v.17, n.3, p. 486-496, 2010

SPROUSE, R. T., MOONITZ, M. **A tentative set of broad accounting principles for business enterprises**. Accounting Research, New York: AICPA, n. 3, 2000.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TISDELL, C. Sustainable development: differing perspectives of ecologists and economists, and relevance to LDCs. 1988. **World Development**, v.16, n.3, p.373-384.

TISOTT, Sirlei Tonello. RODRIGUES, Raquel da Silva. SILVA, Inês Francisca Neves. **Produção científica do campo do conhecimento da contabilidade ambiental: um estudo em periódicos nacionais de contabilidade**. 2018. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/download/1295/963>>. Acesso em: 22 abril de 2019.

TRIVIÑOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALE, Charles Amorim. **A importância da contabilidade no curso de graduação em ADMA. Revista Contábil e Empresarial**, out 2007. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexrc.jsp?arquivos=/detalhesdestaque.jsp&cod=1505>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

ZANLUCA, Julio César. **O que é Contabilidade Ambiental?**. 2011. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

À Isabel Joselita Barbosa da Rocha Alves, coordenadora do Curso de Graduação, por seu empenho.

À professora Ádria Tayllo Alves Oliveira, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação, a banca formada por Anne Isabelly Pereira das Neves e Ednadi Batista Silva, pelo tempo destinado ao meu trabalho.

A minha mãe Maria Dalva, aos meus irmãos Manassés e Martha, ao meu esposo Diego Amorim e filho, aos meus sobrinhos Ana Letícia e Antoni Levi pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, em especial, Ádria Tayllo, que contribuíram ao longo desses últimos anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao funcionário da UEPB, Sérgio, pela presteza e atendimento quando foi necessário.

Aos colegas de classe, pelos momentos de amizade e apoio.